

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL DO SÉCULO XXI: ENTRE A HISTÓRIA, OS MARCOS LEGAIS E OS INDICADORES

Emanuel Adriano Dantas – IFRN *Campus* Santa Cruz
emanuel.dantas@ifrn.edu.br

Fábio Reinaldo Rodrigues – IFRN *Campus* Santa Cruz
fabinho.reynaldo@gmail.com

RESUMO

A educação superior no Brasil tem início com a chegada da família real portuguesa, ainda no período Colonial, em 1808. Todavia, como direito social no Brasil tem seu marco legal vigente na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 que coloca o ensino superior como um dos dois níveis de ensino na organização da educação brasileira. Nesta comunicação, nos propomos a discutir a educação superior tendo como suportes: os marcos históricos desse ensino no país, do período Colonial ao século XX com seus marcos legais e indicadores de matrículas desse nível de ensino no século XXI. A metodologia é de natureza bibliográfica de caráter quali-quantitativo, tendo como referentes autores que discutem a educação superior no Brasil de forma histórico-crítica e dados oficiais das matrículas no ensino superior de 2007 a 2015 apresentados por agências institucionalizadas cujos dados são de domínio público na rede mundial de computadores e que tem como base dados oficiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Como estratégia de discussão faremos uma projeção numérica utilizando como argumentos as metas do Plano Nacional de Educação de 2014-2024. Consideramos que a educação superior no país tem avançado em termos de aumento de matrículas, no entanto, a meta do PNE, para esse nível de ensino tende a não ser alcançada se novas políticas de ensino que envolvam a educação básica em sua última etapa não sejam implementadas até 2020 para impulsionar as matrículas.

Palavras-chave: Ensino Superior; História do Ensino Superior; Indicadores do Ensino Superior; Plano Nacional de Educação.

ABSTRACT

Higher education in Brazil began with the arrival of the Portuguese royal family, still in the Colonial period, in 1808. However, as a social right in Brazil, its legal framework prevails in the Constitution of 1988 and in the Law of Guidelines and Bases of National Education of 1996 that places higher education as one of the two levels of education in the Brazilian education organization. In this communication, we propose to discuss higher education with the support of: the historical milestones of this education in the country, from the colonial period to the twentieth century with its legal frameworks and enrollment indicators of this level of education in the 21st century. The methodology is qualitative and quantitative in nature, with authors who discuss higher education in

Brazil in a historical-critical manner and official data on enrollments in higher education from 2007 to 2015 submitted by institutionalized agencies whose data are in the public domain on the World Wide Web and based on official data from the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira. As a strategy for discussion we will make a numerical projection using the goals of the National Education Plan of 2014-2024 as arguments. We consider that higher education in the country has advanced in terms of enrollment growth, however, the PNE target for this level of education tends not to be achieved if new education policies that involve basic education in its last stage are not implemented by 2020 to boost enrollment.

Key words: *Higher Education; History of Higher Education; Indicators of higher education; National Education Plan.*

1. INTRODUÇÃO

A história da educação brasileira sempre foi marcada pelas grandes desigualdades sociais predominantes no sistema de ensino. Isso ocorre desde o período colonial com a chegada da família real portuguesa, até os dias atuais. Ao longo do tempo, a elite brasileira foi tomando o espaço nas universidades, tornando a democratização do ensino uma tarefa muito difícil. Dessa forma, o processo de democratização do ensino superior nacional teve como seu principal empecilho a falta de condições de permanência das classes historicamente excluídas pelo poder público. Isso fez com que as universidades e faculdades se tornassem cada vez mais, lugares destinados a um público mais abastado, onde havia poucas oportunidades de acesso a esse ensino pela população mais desfavorecida. Sobre esses obstáculos ainda presentes no ensino superior, Saviani (1983) nos diz:

É nesse sentido que digo que quando mais se falou em democracia no interior da escola, menos democrática ela foi, e quando menos se falou em democracia, mais ela esteve articulada com a construção de uma ordem democrática.

Levando em consideração os atuais sistemas de ensino, pode-se afirmar que quanto maior a escolaridade obtida pelo indivíduo, maior será a exclusão de nível em relação à população mais pobre. Vale salientar que mesmo sendo na maioria das vezes excludente, o sistema de ensino superior brasileiro, passou a experimentar um movimento contínuo de crescimento no número de vagas para essa nível da educação nos últimos tempos.

Sendo assim, o objetivo deste artigo científico é abordar a história do ensino superior no Brasil desde o período colonial até os dias atuais, mostrando a trajetória histórica deste nível de ensino, sua luta pela democratização do ensino durante momentos complicados da história nacional, as lutas pela oferta de ensino igualitário para todos e de qualidade, os marcos históricos com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e os indicadores para esse nível de ensino, presentes no Anuário Brasileiro da Educação Básica de domínio público através da rede mundial de computadores.

2. OBJETIVOS

2.1 GERAL

Discutir a educação superior tendo como suportes: marcos históricos e legais dessa etapa de ensino no país, desde o período Colonial ao século XX e os indicadores de matrículas desse nível de ensino no século XXI.

2.2 ESPECÍFICO

Promover o conhecimento da história do ensino superior através de marcos históricos e legais desse nível, bem como os indicadores presentes no Anuário Brasileiro da Educação Básica.

3 BREVE HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O início do Ensino Superior brasileiro se deu no século XIX, e foi considerado por muitos pesquisadores da história da educação como atrasado em relação a outros países, pois estes já cultuavam a tempo os ideais da soberania do ensino. Vale salientar que esse nível de ensino que temos hoje só foi implantado no país devido à necessidade de satisfazer os anseios da elite brasileira da época.

3.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL COLÔNIA

Durante o período colonial, a coroa portuguesa não dava tanta importância ao ensino, pois seu objetivo maior era explorar as terras brasileiras, visto que estas possuíam grandes riquezas, as quais eram fontes da cobiça portuguesa. Ainda nesse período, o interesse da coroa portuguesa em construir instituições de ensino era muito pouco, muito menos universidades, visto que o país passava pelo processo exploratório e que para Portugal não era importante dar destaque à colônia, pois ofuscaria o brilho da realeza portuguesa. O interesse da coroa portuguesa pelo Ensino Superior só ocorreu devido à chegada da família real em 1808 e a pressão imposta por membros da elite colonial que desejavam que seus filhos pudessem ter a formação adequada nos mesmos moldes da educação europeia. Assim, foram implantados cursos com início no Brasil e término em Portugal que favorecessem o aprendizado da elite para a formação de profissionais liberais, sendo o curso de direito o mais procurado. Nesse mesmo período também foram oferecidos os cursos de letras que era voltado para o ensino da língua portuguesa e teologia que se dedicavam à formação de sacerdotes que se empenhavam nos estudos religiosos. Mas, foi em 1808 que a realeza portuguesa implantou o primeiro curso superior devidamente brasileiro, ainda no navio que a trazia de Portugal, assim, o Rei assinou a criação de um curso de medicina no Brasil em alto mar.

Os jesuítas sempre desempenharam um papel de destaque na formação do clero brasileiro através de cursos e seminários oferecidos aos jovens que desejassem ingressar na vida religiosa, além de participarem da catequização da população. Mas, com a expulsão dos jesuítas no final do século XVIII ocorrida após a reforma realizada pelo Marquês de Pombal, esses cursos voltados para formação religiosa perderam a força e, aos poucos, foram dando lugar a cursos voltados para atender a necessidade da população.

A expulsão dos jesuítas foi uma grande derrota da educação superior da época. Para Piletti (2009, p. 169), o ensino brasileiro, ao iniciar-se o século XIX, estava reduzido a pouco mais que nada, em parte como consequência do desmantelamento do sistema jesuítico, sem que nada de similar fosse organizado em seu lugar.

3.2 O PÉRIODO REPÚBLICANO E A CRIAÇÃO DO SISTEMA PRIVADO DE ENSINO

A criação da primeira universidade brasileira só ocorreu na década de 1930, sendo considerado um fato muito tardio. Isso ocorreu em um cenário logo após a Proclamação da República, quando os estados e municípios observaram que estava mais fácil a criação de universidades públicas. Mas, nesse novo cenário educacional as universidades privadas ganharam força e multiplicaram-se em todo o território nacional, o que fez com que tornasse o sistema de Ensino Superior cada vez mais excludente. Essas novas universidades podiam ter seus ideais voltados para formar cidadãos e atrair fiéis aos domínios da doutrina católica ou eram apenas privadas que se preocupavam com o futuro dos filhos das classes dominantes do país.

Segundo Saviani (1983, p.51), a década de 1920 foi uma década de grande tensão, de grande agitação, de crise de hegemonia das oligarquias até então dominantes. Essa crise de hegemonia foi de certo modo aguçada pela organização dos trabalhadores; várias greves operárias surgiram nesse período e vários movimentos organizacionais também se ocorreram inclusive os movimentos que militavam por educação para a classe trabalhadora.

Com isso, via-se o nascimento do sistema excludente de ensino superior que cultuava a necessidade de aprendizado apenas para quem tivesse condições financeiras de permanecer nos cursos, não se preocupando com os que buscavam conhecimento mas que não tinham as mesmas oportunidades que muitos podiam ter.

Até a década de 1960, o Ensino Superior voltou-se para a criação de universidades federais que na sua maioria estava ligada aos ideais da doutrina católica. Essa época também foi marcada pela criação de movimentos estudantis, que lutavam pelo direito de ensino para todos, sem diferenças e pela ampliação de universidades públicas gratuitas e de qualidade que pudessem impulsionar o desenvolvimento dos formandos e do país.

3.3 AS MARCAS DA DITADURA MILITAR NA HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR

Durante a Ditadura Militar de 1964 a 1980, os movimentos estudantis ganharam força devido a aprovação de um decreto-lei assinado pelo então presidente Castelo Branco que reprimia a ação e representação estudantil, proibia a divulgação de toda e qualquer propaganda de cunho político, racial ou religioso. Para os militares, os estudantes representavam resistência frente ao novo regime implantado, sendo eles considerados como ameaça à soberania militar. Esses movimentos tinham como principal objetivo a garantia de direito à universidades públicas para todos. Por defenderem esses direitos foram severamente perseguidos e oprimidos pelo governo ditatorial que havia se instalado no país. Ocorriam vários desentendimentos entre os movimentos que eram a favor da liberdade e o setor privado, principais apoiadores do regime militar.

Os militares conseguiram derrotar os movimentos estudantis em 1968, promoveram mudanças, resolveram reformular e modernizar o ensino superior brasileiro. Com isso, surgem iniciativas que seguem sendo aceitas até os dias atuais, como é o caso do tão criticado sistema de créditos de disciplinas e a representação discente e docente nas universidades. Logo após a derrota sofrida pelos estudantes houve um marco na história da pós-graduação no Brasil. Para Saviani (2007, p. 365):

O ano de 1969 é o marco de abertura dessa nova etapa, uma vez que, em virtude do decreto n. 464, de 11 de fevereiro desse ano, entra em vigor a reforma universitária instituída pela Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Igualmente, foi aprovado no mesmo dia 11 de fevereiro o parecer CFE n. 77/69, que regulamentou a implantação da pós-graduação.

Mesmo após a implantação da pós-graduação, o sentimento era de que a ditadura não traria benefícios à educação e que devido a dureza das ações praticadas pelos militares contra os estudantes, o bom relacionamento entre governo e classe estudantil seria impossível.

3.4 O PÓS-DITADURA, AS TRANSFORMAÇÕES DE 1980 E A CRIAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

A década de 1980 foi marcada pela crise que havia se instalada pós-ditadura e pela transição política com a escolha de forma direta de José Sarney para presidir o país. O Brasil ainda passava por momentos difíceis, pois faltava a infraestrutura necessária

para o desenvolvimento do país como um todo. Além disso, a nação não se enxergava numa democracia, porque faltava o advento de votar para eleger seus representantes. Ainda nesse período houve a criação da Constituição Brasileira de 1988, marco histórico na história democrática do país, pois, após sua aprovação pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro de 1988 e sua promulgação em 5 de outubro de 1988, o Brasil passou a ter um instrumento de leis mais adequado e renovado, pelo qual o povo brasileiro tanto lutava para conquistar. A partir dessa nova Constituição todos os brasileiros puderam ter direitos, os quais não possuíam durante o período ditatorial. Entre tais benefícios estavam o direito de eleger seus governantes através de voto secreto, direitos sociais, maior liberdade política, fim da censura, entre outros.

3.5 O GOVERNO FHC E A PROMULGAÇÃO DA LDB

O governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso iniciou-se 1º de janeiro de 1995 e foi encerrado em 1º de janeiro de 2003. FHC como era popularmente conhecido, foi eleito com o objetivo de garantir a queda da inflação e dar um novo rumo a economia brasileira, que havia sofrido grande impacto negativo durante o governo de Fernando Collor de Mello. Mas, ficou, notavelmente, conhecido por ser um político neoliberalista que tomava decisões impopulares que desagradavam à classe trabalhadora e deixava os economistas satisfeitos. Seu principal legado na educação foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a qual detalharemos a seguir.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB teve sua primeira sanção em 1961 (Lei nº 4.024/61) e a última em 1996 (Lei nº 9.394/96) sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso.

O objetivo principal dessa lei é garantir a oferta de educação igualitária a todos, responsabilidade pela formação do conhecimento, ampliação de verbas para o ensino público e defesa da escola como modelo democrático. Logo após ser instituída a lei, surge a necessidade de adequação à nova realidade brasileira aos novos parâmetros legislativos.

A LDB não acabou com os debates sobre educação, pois esta ainda não conseguia atender todos os interesses dos setores: público e privado. Era necessária a implantação de novas emendas que acabassem com o desconforto desses setores. Com

isso, o setor público foi o que menos foi favorecido, pois, a partir dos resultados dessas modificações fizeram com que os problemas do setor público só aumentassem e gerassem dificuldades encontradas até hoje, como a baixa remuneração de docentes.

As discussões em torno da LDB proporcionaram um maior poder de decisão dos estados e municípios sobre a educação, colocando estes no centro dos debates da área junto ao governo federal. Todavia, a implantação da nova lei não foi suficiente para sanar os problemas dos sistemas educacionais do país, mas esta é extremamente eficaz na melhoria da regulamentação do ensino no país, pois a responsabilidade com o ensino superior ficou a cargo da União.

2.6 LULA E DILMA E AS IMPLANTAÇÕES DO PDE E DO PNE

Os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, foram marcados por serem de cunho populista os quais distribuíam renda a população mais pobre e também pelo maior crescimento do ensino superior da história do Brasil. Nesse período foram criados vários programas que auxiliavam a permanência dos estudantes de graduação e pós-graduação, ocorreu a expansão das universidades públicas com o objetivo de interiorizar o acesso ao ensino superior, teve a criação de Institutos Federais que disponibilizam ensino gratuito e de qualidade, além de auxílio aos discentes através de bolsas, entre outros. Foi também uma época marcada pelo desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Plano Nacional de Educação (PNE), que visavam estabelecer programas e metas para o desenvolvimento do sistema educacional nacional, pois o Brasil precisava de novos instrumentos governamentais que pudessem sanar os problemas na educação.

O PDE, consistia em um conjunto de programas que deveriam propiciar o desenvolvimento de todas as etapas da educação básica, desde o ensino infantil ao superior. Esse plano estabelecia um plano de metas a serem alcançadas. Assim, para suprir a necessidade de avaliação do plano foi incorporado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), cujo objetivo seria de avaliar o desempenho dos alunos e das escolas.

Instituído em 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE) é um conjunto de metas que estabelece o cumprimento da melhoria na educação no prazo de dez anos, hoje temos em andamento o PNE (2014-2024). Essas metas tem como fundamento

principal a melhoria da educação básica, universalização do ensino e ampliação das oportunidades para todos que desejam ser incluídos no processo de ensino e aprendizagem. Com esse plano, espera-se obter resultados positivos na diminuição dos índices de desigualdades educacionais do país, maior respeito à diversidade, valorização dos professores e outros profissionais da educação e melhoria da oferta de vagas no ensino superior nesse prazo vigente.

4 METODOLOGIA

A metodologia é de natureza bibliográfica de caráter qualitativo-quantitativo, tendo como referentes autores que discutem a educação superior no Brasil de forma histórico-crítica e dados oficiais das matrículas no ensino superior de 2007 a 2015, apresentados por agências institucionalizadas cujos dados são de domínio público na rede mundial de computadores e que tem como base dados oficiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Para o presente estudo, foram realizadas pesquisas que proporcionaram a compressão dos gráficos presentes em sites de domínio de instituições governamentais e artigos científicos relacionados ao tema abordado.

Vale salientar a importância da presença de partes relacionadas somente com a história desse nível de ensino, visto que este é o principal objeto de estudo realizado.

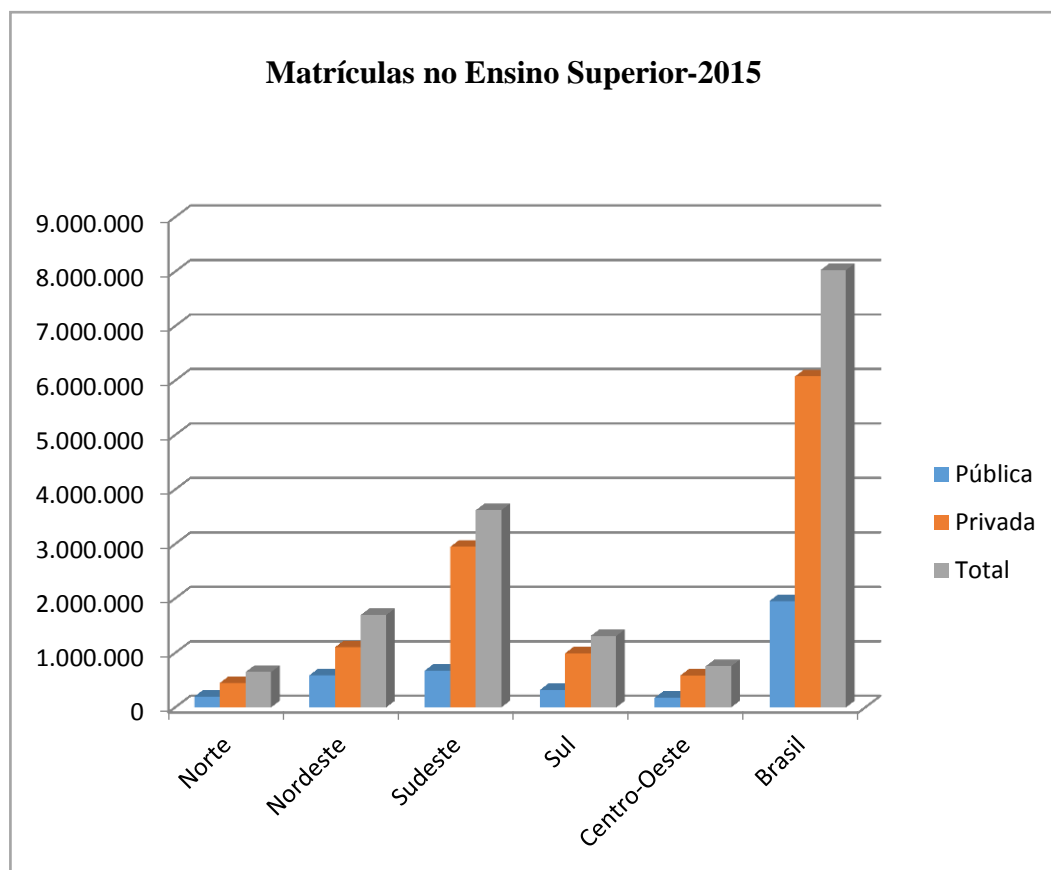
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As metas do novo PNE tem o objetivo de implantar no Brasil ensino de qualidade num prazo de dez anos. Para o ensino superior, o plano prevê a elevação da taxa bruta de matrículas para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e expansão para pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público. É evidente que há um acesso maior da população de 18 a 24 anos à educação superior. Isso só foi possível devido à inclusão de um governo popular ao poder, fato que não presenciamos na atualidade. Vale lembrar que, com a atual crise política e institucional que o país se encontra, será extremamente complicado o alcance dessa meta até o prazo estipulado, pois,

ainda não há o interesse necessário por parte da classe política o que torna quase impossível o cumprimento da meta.

Os dados apresentados na Figura 1 a seguir são referentes a 2015. Estes dados mostram que o número de estudantes do ensino superior é muito abaixo da taxa populacional que pode ingressar nessa etapa de ensino (50%), já que segundo resultados da pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e médias feitas a partir dos dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica, o número de jovens brasileiros de 18 a 24 anos é aproximadamente 22 milhões, sendo que apenas aproximadamente 36% estão matriculados no ensino superior.

Figura 1: Matrículas no Ensino Superior - 2015

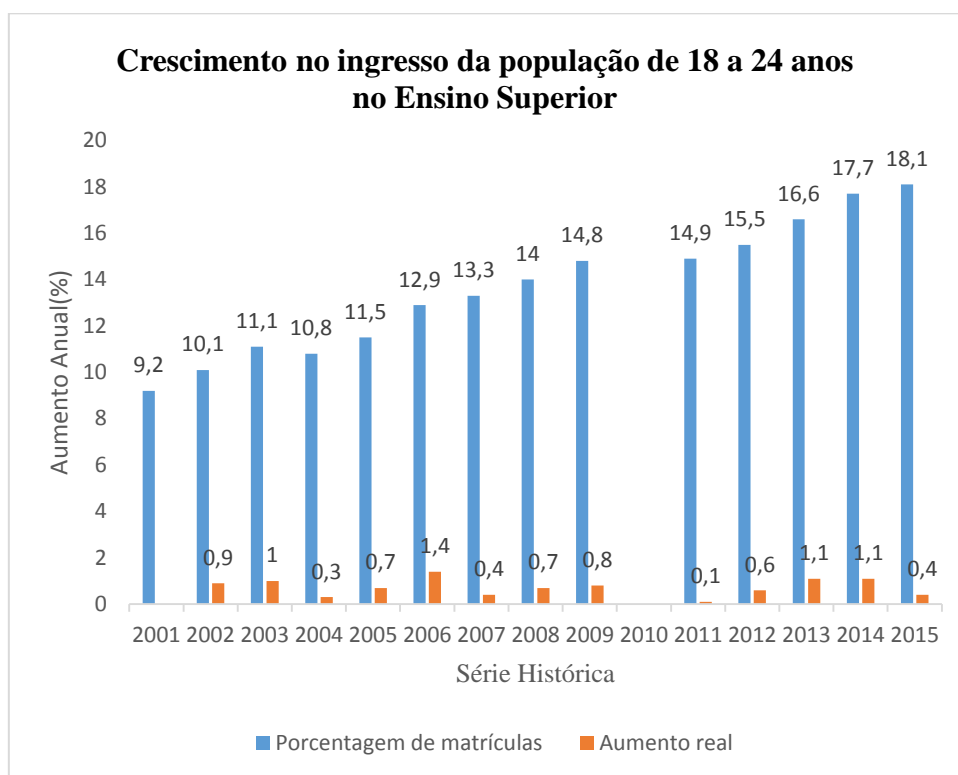


Fonte: Elaboração própria

Como estratégia de discussão, realizamos estudos através de uma projeção numérica utilizando como argumentos, as metas do Plano Nacional de Educação de 2014-2024.

A partir da análise dos dados presentes no Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2017, observou-se que o número de pessoas matriculadas no ensino superior em 2015 era de 8.027.297, sendo quase 75% das matrículas ou 6.075.152 na rede privada, enquanto a rede pública ficou com um total aproximadamente de 25%, o que corresponde a 1.952.145 matrículas. Vale salientar que em 2015 apenas 6,9% da população mais pobre estava matriculada em cursos de graduação e pós-graduação. Através das médias feitas a partir dos dados coletados observou-se que haverá uma média de crescimento de 0,7% ao ano e essa não tornará possível o cumprimento da mesma. Veja os resultados na Figura 2 a seguir:

Figura 2: Ingresso da população de 18 a 24 anos no Ensino Superior 2001-2015



Fonte: Elaboração própria

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo tendo ocorrido tardiamente, o ensino superior no Brasil, foi ao longo da história da educação nacional tornando-se símbolo da luta das classes menos favorecidas pelo acesso educacional gratuito e de qualidade, expansão e permanência dos discentes no ensino superior.

Ao longo da trajetória brasileira, foi se construindo a ideia de que esse nível de ensino seria voltado apenas para o cumprimento de caprichos da elite dominante ou para garantir o cumprimento de exigências impostas pela sociedade da época. Mas, com o decorrer do tempo, houve o advento da criação de leis e metas que começaram a dar uma estrutura organizacional aos sistemas de ensino superior.

A partir da entrada dos governos de Lula e Dilma, viu-se de certa maneira, o crescimento do ensino superior, pois, eles disponibilizaram o acesso de jovens a créditos bancários de financiamentos estudantis, bolsas de acesso e permanência em cursos da educação superior, garantia de melhor qualidade no ensino ofertado, expansão e interiorização desse nível de ensino e crescimento do número de professores especializados para atuarem na área.

Consideramos, assim, que a educação superior no país tem avançado em termos de aumento de matrículas e de oportunidades para quem deseja ingressar nesse nível de ensino. Mas, sem o investimento necessário é muito difícil atingir a meta estipulada pelo PNE, que remete a elevação da taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. Esta meta do PNE tende a não ser alcançada, se novas políticas de ensino que envolvam a educação básica em sua última etapa, qual seja, o ensino médio, não sejam implantadas até 2020, como vimos nos gráficos apresentados nas Figuras 1, 2, e 3.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988. Brasília: Planalto, 1988.
Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>.
Acesso em: jun. 2017.

BRASIL. **Lei n.9.394: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE):** razões, princípios e programas. Brasília: Mec, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

BRASIL. **Plano Nacional da Educação**. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em: jun. 2017.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **Filosofia e História da Educação**. 15. ed. São Paulo: Ática, 2009.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 41. ed. São Paulo: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, Demerval (São Paulo). **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2010.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. São Paulo; Moderna, 2016;2017.